

CONSTELAÇÕES  
ESTUDOS COMPARATIVAS

---

# Constelações

## Estudos comparatistas

Pedro Eiras

Estudos de Literatura Comparada – Títulos publicados

1. *Identidades Reescritas. Figurações da Irlanda no Teatro Português*, Paulo Eduardo Carvalho.
2. *Lentes Bifocais. Representações da Diáspora Portuguesa do Século XX*, Ana Paula Coutinho Mendes.
3. *Annemarie Schwarzenbach. Uma viajante pela palavra e pela imagem*, Gonçalo Vilas-Boas (org.).
4. *Um Certo Pudor Tardio. Ensaio sobre os «poetas sem qualidades»*, Pedro Eiras.
5. *Reconhecer-se Além Fronteiras. Ecofeminismo e o pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo*, Ana Cristina Assis.
6. *Ficção policial. Antologia de ensaios teórico-críticos*, Gonçalo Vilas-Boas, Maria de Lurdes Morgado Sampaio (orgs.).
7. *Marguerite Duras. O cinema da escrita | A escrita da voz | A voz do cinema*, Mathilde Ferreira Neves.

Título: Constelações. Estudos comparatistas

Autor: Pedro Eiras

Capa: Departamento Gráfico / Edições Afrontamento, sobre fotografia de Joana Matos Frias, 2013

Edição: Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (FLUP) e Edições Afrontamento

Concepção Gráfica: Departamento Gráfico / Edições Afrontamento

N.º de edição: 1526

Colecção: Estudos de Literatura Comparada, 8

ISBN: 978-972-36-1314-8

Depósito Legal: 356691/13

Execução gráfica: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.

comercial@companhiadasartes.pt

1ª Edição / Maio de 2013

© Autor, Edições Afrontamento e Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (FLUP)

Edições Afrontamento, Lda.

Rua Costa Cabral, 859, 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt

geral@edicoesafrontamento.pt

Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (FLUP)

www.ilcml.com

 Edições  
Afrontamento

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

 INSTITUTO DE LITERATURA  
COMPARADA MARGARIDA LOSA  
FACULDADE DE LETRAS  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
<http://www.ilcml.com>

# Índice 1

---

<b>Nota</b> .....	9
<b>Saudação</b>	
Por uma ética da subversão .....	11
<b>I</b>	
<b>Do ensaio</b>	
Portas de Lisboaopenhaga .....	21
<i>(Eduardo Lourenço, Fernando Pessoa, Søren Kierkegaard)</i>	
<b>II</b>	
<b>Pensar</b>	
Mário de Sá-Carneiro, psicanalista .....	35
<i>(Mário de Sá-Carneiro, Sigmund Freud)</i>	
A pedra na cabeça .....	47
<i>(Herberto Helder, René Descartes)</i>	
Duas notas de leitura de <i>A Faca não Corta o Fogo</i> .....	59
<i>(Herberto Helder, Heraclito, Martin Heidegger)</i>	
O caminho desviado do comum dos homens .....	67
<i>(Maria Gabriela Llansol, Parménides)</i>	
<b>III</b>	
<b>Ver, ouvir, sentir, dizer</b>	
Entrelaços .....	79
<i>(Fiama Hasse Pais Brandão, Rainer Maria Rilke)</i>	
A dobra e a arquitectura .....	89
<i>(Maria Gabriela Llansol, Johann Sebastian Bach)</i>	
Poros, ciclopes, questão de escala .....	105
<i>(Luiza Neto Jorge, Pipilotti Rist)</i>	
Uma teoria de todas as coisas .....	125
<i>(Luiza Neto Jorge, Francis Ponge)</i>	

IV

Crer

A face nocturna..... 141  
*(Sophia de Mello Breyner Andresen, Friedrich Nietzsche)*  
 Assim seja ..... 151  
*(Clarice Lispector, Simone Weil, rezas populares)*  
 O que dizem os amigos ao amado ..... 161  
*(Maria Gabriela Llansol, Ramon Llull)*  
 Por que é preciso renunciar à bênção?..... 169  
*(Maria Gabriela Llansol, Simone Weil)*

V

Agir

Heranças ..... 183  
*(Carlos de Oliveira, Raduan Nassar)*  
 A língua excluída do poema ..... 191  
*(António Franco Alexandre e a Europa)*  
 Insurreições ..... 201  
*(Luiza Neto Jorge, Jean-Luc Godard)*  
 O século XX: restos, ruínas, resistências ..... 217  
*(Luís Quintais e a História)*

VI

Da hospitalidade

A Ceia..... 227  
*(Clarice Lispector, Maria Gabriela Llansol, Pier Paolo Pasolini)*

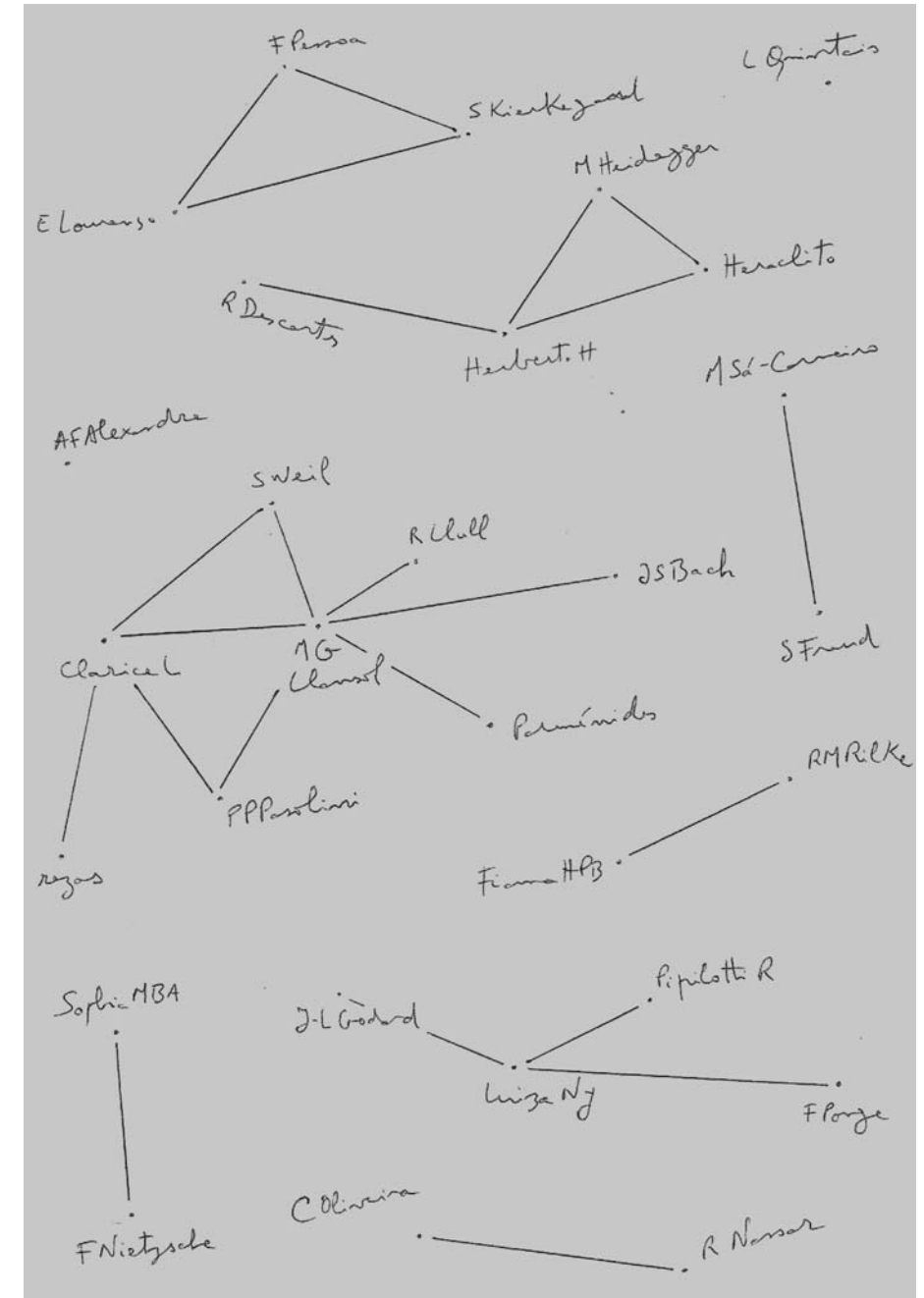
Despedida

Como se escreve um ensaio ..... 241

Audiobibliofilmomusicovideowebgrafia ..... 245

Notas finais ..... 259

## Índice 2



## Nota

---

Os ensaios comparatistas reunidos neste livro foram escritos entre 2006 e 2012, no âmbito da minha actividade como investigador do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa. São contemporâneos de outros livros de ensaios comparatistas, com os quais de vários modos dialogam: *Tentações*, *Um Certo Pudor Tardio*, *Os Ícones de Andrei*.

Ao reunir estes textos, procuro os diálogos, os laços de família que, ano após ano, foram construindo. E se cada ensaio deve ecoar todos os outros, se este livro propõe a unidade, ainda que frágil, de determinada procura ética, tentei também preservar o tom, o estilo, a circunstância irrepetível de cada texto: salvaguardar o tempo próprio de cada ensaio.

Uma última pequena nota, sobre o título *Constelações*. Fascina-me o olhar humano, o modo como desenha linhas entre as estrelas. Essas linhas, claro, não têm existência material; são um pequeno excesso sobreposto à realidade, a ténue força com que aproximamos o que é tão distante. Assim também a leitura, a memória, o modo como convocamos livros díspares. Pequeno erro, única leitura possível.

## Saudação: por uma ética da subversão

---

§ Em 1936, Walter Benjamin termina o seu ensaio sobre o contador de histórias com esta frase: «O contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio».

§ Gostaria de reler esta frase notável, a sua intensa velocidade, o seu grau de resolução, uma vontade de sobriedade que descreve o próprio Benjamin, autor de ensaios, mas também de pequenos contos, apontamentos, aforismos. Como se Benjamin fosse igualmente um contador de histórias, e aquela frase confessasse uma vontade própria: preservar o segredo de uma sagesa em tempos de indigência.

§ Interrogo a frase «O contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio». Frase estranha, elíptica, críptica, que cruza o fazer da narrativa e a avaliação da justiça. Ora, que ligações existem entre narrativa e ética? Uma primeira audição de Benjamin deveria dissociar os dois gestos, e estranhar a economia da frase. Nada deve garantir, sem dúvida e sem perigo, que contador e justo sejam sinónimos. Pelo contrário, é preciso começar por ouvir, com ouvidos agrestes, a diferença das palavras. E esta audição é já uma narrativa, e é já uma ética.

§ Benjamin não procura uma arte desinteressada, kantiana. O contador de histórias tem um interesse, conhece e transmite a experiência, sugerindo aos ouvintes caminhos até aí inadivinhados. Nesse sentido, ele cumpre determinadas funções, tem determinado interesse. Mais: ele é *inter-esse*, *estar entre*, a sua função é ligar perguntas de hoje e respostas de ontem, numa peculiar inversão cronológica. Ele esgota-se nessa serventia, e deixa de servir se já não existirem ouvintes com necessidade de histórias, ou de memória.

§ Benjamin não escreve simplesmente que o contador é o justo, na equação imediata de um verbo copulativo. Nada é estático nesta frase que repito, repetirei muito: «O contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio».

Na aparente horizontalidade da frase, há um fazer. Há o contador, a forma, o justo, e o «si próprio». Que não são forçosamente quatro maneiras tautológicas de dizer o mesmo. Há também o verbo «encontrar-se». Quando Benjamin diz que o justo se encontra a si próprio na forma do contador, compreendo que o justo não existia antes de contar, e suspeito já que encontrar-se a si próprio é, mais do que reconhecer-se, estranhar-se. A frase não progride, então, numa equivalência que se explica, mas na formação do contador, que se inventa. Do mesmo modo que Marcel nasce porque escreve *À Procura do Tempo Perdido*, e só ganha o seu nome quando o assina.

§ Que quer dizer Benjamin? Saberemos ler esta frase no fim do ensaio de 1936, lugar de súplica e fecho – ou lançamento de novas perguntas? Nem sequer sabemos se esse mesmo ensaio também é uma história dita por um contador. Não sabemos se o ensaio ensaia, experimenta, afirma; se a sua última frase é uma tese ou uma dúvida. Simplesmente porque não sabemos o que é um ensaio, nem como deve ser lido.

§ Quando Benjamin diz: «O contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio», estamos perante uma descrição de um estado de coisas actual ou uma utopia por realizar? Um constativo ou um performativo?

Mais cedo no mesmo ensaio, Benjamin enfatiza que o contador está a desaparecer, enquanto o romancista prospera: contra a antiga experiência transmitida entre ouvintes, reina em 1936 a mera vivência, proporcionada por jornais e romances a leitores solitários. Mas se o contador está a desaparecer, que significa o presente em «O contador é a forma na qual...»? Na verdade, o contador *foi*; porventura, o contador *será*. Mas Benjamin sabe que já não é e ainda não é verdade.

Ou acaso só se tornou verdade *precisamente porque* se tornou tão improvável? Não é nos tempos de indigência que o contador de histórias se revela necessário? Mesmo a aura da obra de arte talvez só comece a existir no instante em que a obra é tecnicamente reproduzível: só quando a aura se perde, ela começa a acontecer, *outrora agora*, perdida. Talvez o justo enquanto contador de histórias só possa existir às custas da sua não-existência. E este limiar entre presença e ausência do justo talvez seja outro nome para o messianismo.

§ Talvez nunca tenha havido o contador de histórias. Talvez não o haja em 1936, como diagnostica Benjamin; nem hoje. Por isso, 1936 e hoje são tempos presentes em que o contador é recordável ou esperável. O passado e o futuro inventados na porta estreita do instante.

§ Não sei se o justo se ajusta com justeza a si próprio. Talvez a sua justiça dependa de um desajuste que o desloca para fora de si. Se há *inter-esse*, justo só pode ser o que está em torno desse *entre*: o justo encontra-se a si, mas ao perder-se naqueles que o ouvem.

§ Portanto, não sei se o justo realmente se encontra, nem sei se se encontra numa forma, ou antes na transitoriedade, no êxodo, no exílio, na perigosa reinvenção de si próprio, nas ruínas.

Mas arrisco dizer: o justo é aquele está em ruínas, aquele cuja narrativa desmoronou.

Se assim for, o justo nunca se pode reconhecer a si mesmo. Essa é a sua dor, e a sua salvação.

§ Se «o contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio», fica por dizer se é possível ser justo fora da narrativa. E que pensar da vítima que não tem narrativa? Precisamente, a possibilidade de narrativa é o primeiro bem retirado à vítima, para que ela não se possa reinventar a si mesma. Auschwitz. O intestemunhável.

§ Decerto já não sei o que é uma narrativa. Para sabê-lo, seria precisa uma narrativa que definisse as narrativas, e a si mesma. Um sistema em que o justo se encontrasse e confirmasse. Uma máquina lógica que funcionaria por exclusão, definindo o que não é narrativa.

Prefiro pensar que a narrativa é indefinível. Sobretudo se dela depender a justiça do justo. Pergunto: onde o justo se encontra a si próprio, *isso* é uma narrativa? Então narrativa poderia ser um gaguejo, uma dúvida, um aforismo obscuro, um suspiro. Mas até esse quase nada é ainda demasiado sólido. Na verdade, Kafka é narrativa? E Beckett? E Sebald? E Coetzee?

§ Como reconhecer uma narrativa, se ela não se definir por uma teoria dos géneros, mas por uma vivência ética?

§ Poderíamos até experimentar, temerariamente, uma inversão da frase de Benjamin: «o contador é a forma na qual o justo *não* se encontra a si próprio», o contador é a forma na qual o justo se perde, ou na qual o justo se experimenta como injusto. No sentido benjaminiano, pode haver narrativas injustas? Não basta chamá-lhes «romance»: Benjamin sabe que o romance nem chega a criar a imoralidade, mas um simples, neutro e mortífero desinteresse, ou *des-interesse*, a perda da comunidade.

§ Benjamin descreve o contador a partir da experiência acumulada, disponível, aplicável aqui e agora; mas podemos dizer outro tanto de Sade, mesmo quando Sade escreve na solidão do cárcere. Sade tem consciência de escrever para a humanidade, esse conceito iluminista, depois romântico, e emergente em novas formas políticas. Nos intervalos de utopias concentracionárias aristocráticas (castelos de Silling), Sade considera-se porta-voz de uma humanidade sem fronteiras. Claro que não se encontra, como o contador ideal de Benjamin, na presença física dos seus ouvintes – *et pour cause*. Ainda assim, não lhe falta a convicção do contador, a consciência pragmática de soluções absolutas.

Que esses manuais práticos sejam perversos nada altera à estrutura de um saber que se aplica. A perversão é tão afirmativa quanto o *modus faciendi* legitimado na sociedade. Sade é tão didático quando o contador de Benjamin. Mesmo a retórica dos contos populares, aliás, onde falham um ou dois anti-heróis (maus) para que um herói (bom) acerte na resposta, é glosada por Sade na dupla história de Justine e de Juliette. A única diferença é que Justine é boa, mas falha, enquanto Juliette é má, mas acerta. E contudo, por estranho que pareça, esta inversão não muda o elo profundo entre narrativa e ética. É só uma nova glosa.

§ Resistência compacta dos romances de Sade, esses contos morais exaustivos: os seus heróis nunca hesitam. Justine não hesita no bem, Juliette não hesita no mal; ou, se Juliette hesita uma vez, para demonstração lógica de todas as hipóteses, pagará caro. O romance propõe modelos de acção rigidamente coerentes.

Talvez o contador possa também ser a forma na qual o *injusto* se encontra a si próprio. Versão e perversão, ambas são encontros narrativos de formas fixas.

§ A fixidez das personagens de Sade não é forçosamente rica. Será espectacular, mas monótona. Cada libertino protege a sua perversão pessoal como uma monomania. A perversão pode ser tão rígida quanto o mais estrito puritanismo.

§ Gizo aqui uma leitura artificialmente ingénua de Sade como máquina perversa monolítica. Isto é, como a sociedade quis rotulá-lo. Mas esse modelo interessa-me precisamente enquanto modelo – e modelo menos de Sade do que do sadismo. Ignoro aqui o lugar complexo onde a simples perversão sadiana se transfigura no mais indecível jogo de antíteses, entre afirmações morais e imorais.

Pois não é seguro que Sade sirva como simples voz perversa. De resto, os modelos sadianos de conduta imoral fornecem realmente uma ética reconhecível? Algures, Jean Paulhan fala de uma jovem que entrou num convento por ter lido Sade (que essa jovem tenha ou não existido é pormenor sem importância). O texto perverso pode levar a consequências morais; o mais moral dos textos pode conduzir ao crime.

§ Benjamin lembra que o contador de histórias aconselha. Não ordena. O ouvinte pode não acatar o conselho; pode segui-lo, negá-lo, ignorá-lo; qualquer destas respostas está prevista na liberdade do próprio conselho.

A narrativa justa inclui em si a possibilidade da rescisão.

§ Então, o que cria o contador justo já não é a sua certeza, a transmissão límpida de um saber – mas a experiência, a hipótese, o risco. Talvez ele seja um bom contador se dominar a retórica da narração; mas doravante só o posso compreender como justo enquanto ele não dominar a lógica da sua verdade.

§ Talvez todas as narrativas falhem eticamente. Talvez não haja, nunca tenha havido uma idade de ouro da narrativa, em que o contador justo disseminasse a experiência pura entre puros ouvintes. Mesmo o conto popular tradicional, com seus concertos e desconcertos do mundo, com sua iniciação cifrada, é também humano, demasiado humano, infiel, equivocado. Também o conto popular segrega e discrimina, normaliza e exclui.

Outra frase de Benjamin, em «Sobre o conceito da História», deve ser levada à letra: «Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie» (1940: 12). Assim, nunca houve o simples contador, a simples narrativa ética, o simples justo. Nem, por outro lado, o simples romance de leitura silenciosa como forma injusta.

§ Como reconhecer uma narrativa justa – senão por outra narrativa? E como assegurar a justiça dessa outra narrativa, senão por uma terceira nar-



rativa? Eis-nos obrigados a uma violenta rede de discursos; talvez essa rede seja uma forma de injustiça, se os discursos nos são conferidos e negados numa distribuição que só parcamente podemos questionar. E o próprio questionamento é mais um discurso conferido sob regras vigilantes.

Se não há cultura sem barbárie, que pode fazer o justo à sua narrativa? Como pode assegurar-se da sua justiça, ele, que se encontra perigosamente dentro da cultura? O justo teria de abandonar a sua própria época, cindir a sua actualidade, ser não-contemporâneo de si próprio, perder a língua (Agamben 2008). Para preservar a justiça, o contador deve perder a sua narrativa.

Talvez não consigamos realizar esse salto transcendental. Dentro da densidade do tempo, o contador pode, apenas, tentar ouvir as contra-narrativas de quem o ouve, deixar-se tomar pela língua alheia e estranha, pelas outras justiças, e assim descobrir a sua própria língua como bárbara.

Nenhuma pura justiça se apresenta a si, nenhuma experiência se transmite simplesmente, e é necessário correr o risco de uma dissolução. O justo é aquele que nunca sabe, que treme sempre.

§ Talvez a justiça seja inapreensível. Talvez não seja possível escrever um ensaio sobre a justiça ou sobre o contador de histórias.

§ Não se pode transcender simplesmente a ordem do discurso (Foucault). Mas pode-se reverter discursos contra a identidade dos discursos, por dentro. Desafiar a identidade do contador. Num ensaio, enfrentar a frase «O contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio».

§ Na verdade, já nem sei se o contador conta seja o que for. Se Cervantes, Kleist, Dostoievski, Virginia Woolf, Céline forem contadores de histórias, o que contam? Merecem o nome de contadores? Encontro nesses textos menos a partilha de uma experiência do que uma glossolalia à deriva. O contador cede lugar às vozes dissonantes.

Modelo dialógico da narrativa, diz Bakhtine. E talvez de toda a linguagem – incluindo a deste ensaio. Na verdade, o dialogismo não é uma escolha: toda a voz é cindida, *eu é um outro*. Ou nem isso: *eu não sou eu nem sou o outro*.

Neste jogo entre Benjamin e Bakhtine, a dissonância talvez seja mais ética do que o concerto das vozes ou o recitativo do solista. O solista pode ser moral ou perverso, não importa. Procuro o justo naquele que duvida de

si, naquele que ouve e diz em diversas línguas, naquele que não tem terra nem identidade.

§ A narrativa justa, hoje, sempre, desafia a própria justiça. «Justiça» não deve ser um imperativo categórico: é injusto confiar, como Creonte, na certeza da justiça. Só é justa a narrativa que, na sua borda, admite a dúvida. O contador deve inventar a justiça de raiz, não ordenada por uma lei ou um deus, nem pelo abismo insondável de uma subjectividade, mas pedida pela exterioridade do outro que reivindica outra lei. A narrativa justa – oral ou escrita, no diálogo da comunidade ou no silêncio do leitor – só pode responder por uma ética da reinvenção absoluta do mundo, da releitura de toda a escrita da História, a narrativa justa só pode responder por uma ética da subversão.